

Título: Intervenção em patrimônio construído: da teoria à prática

Autor(es) Diego Nogueira Dias

E-mail para contato: diegofletcher@hotmail.com

IES: UFSJ

Palavra(s) Chave(s): Teorias do restauro, intervenção em patrimônio edificado, Tiradentes

RESUMO

A preservação do patrimônio, no que se refere a bens tombados e de importância histórica no Brasil, é um assunto com uma grande variedade de pontos de vista. Entre os pontos mais polêmicos está a real necessidade de se preservar a originalidade da edificação e os limites de sua adequação para novos usos. Para abordar essa questão, este trabalho passa em revista as teorias de restauro, explicitando as diretrizes atuais de preservação e intervenção em patrimônio edificado. Com isso, se possibilita um entendimento das adaptações de tais teorias ao longo dos anos e se esclarece como cada caso deve ser analisado individualmente. Como estudo de caso foi tomado o Museu da Liturgia, em Tiradentes (MG), que permite perceber que, mesmo com toda base teórica amplamente divulgada, intervenções são realizadas de maneiras adversas em bens tombados, corroborando para entendimentos errôneos sobre a real preservação do patrimônio. O presente trabalho busca discutir as técnicas de conservação, preservação e restauro de edificações de valor histórico/cultural. Para isso, foram pesquisadas referências desde os primeiros teóricos do restauro, como John Ruskin e Viollet-Le-Duc, até Brandi, cuja teoria foi utilizada como foco para o estudo de caso. Intervenções em patrimônio edificado para abrigar museus quase sempre apresentam projetos que não respeitam a edificação e sua história. Em projetos desse porte, deve sempre haver distinguibilidade entre o novo e o antigo. O estudo de caso é um exato exemplo das falhas de interpretação das teorias: ao percorrer a edificação, não foi possível separar o colonial do contemporâneo. No interior da casa, a noção de localização fica vaga, pois as paredes originais foram, em sua maioria, derrubadas. Portas e janelas tiveram suas esquadrias substituídas, isso quando não excluídas da parede para dar lugar a um quadro. Toda a estrutura que sustenta a casa foi modificada, não sendo mais possível percebê-la ao circular pelo porão. Perdeu-se totalmente a originalidade da planta baixa. A entrada principal hoje não é mais acessível, alterando todo um fluxo que já tinha sido pensado para funcionar de outra forma. A teoria contemporânea diz claramente que deve-se também preservar a planta original da edificação. A arquitetura também é patrimônio e deve ser preservada. A edificação não foi pensada, à época de sua construção, só como uma fachada, não se justificando apenas a sua manutenção como original. Um monumento que guarda um acervo não precisa ser demolido. Como apontado pela arquiteta Beatriz Kühl, o uso jamais vai determinar a intervenção, que deve se adequar ao monumento, que está ali previamente, e não o contrário. No estudo de caso percebe-se que para abrigar um rico acervo da Igreja Católica mineira um escritório demoliu toda a referência de planta baixa, distribuição de cômodos, a própria materialidade do local, relegando a arquitetura a um segundo lugar, a uma terceira instância, não sendo ela em nada protagonista, mesmo tendo total conhecimento de que sem ela ali nada teria validade. Houve um considerável avanço desde as primeiras teorias do restauro de John Ruskin e Viollet-le-Duc até a de Carbonara, de ênfase brandiana. Assim, pergunta-se: Como tal obra pode classificar-se como restauração quando nem a originalidade da planta baixa foi respeitada? Como pôde ser aprovada pelo IPHAN, órgão responsável pela preservação do patrimônio? Percebe-se que a maioria das características originais do casarão se perdeu, e com elas toda uma história de um modo de viver. Se um museu tem e deve seguir essas diretrizes em nosso país, como uma entidade pode querer abrigar todo um acervo religioso de importância nacional em um espaço, ignorando totalmente a história prévia desse espaço? Um museu deve preservar o patrimônio, seja ele material ou imaterial. Assim, a restauração e intervenção estudadas negam as premissas básicas que devem ser atribuídas a um museu.